



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

EXTRATO DO DISCURSO DE POSSE DA CORREGEDORA-
GERAL NA SESSÃO DE 16/01/2019

...

O professor português Antonio Nóvoa, dr. em ciências da educação e história, em palestra proferida em uma Universidade brasileira, invocando o Tratado sobre Gratidão de São Tomás de Aquino, afirmou que dentre as várias línguas existentes no mundo, nossa língua portuguesa contém a palavra mais exata para traduzir o sentido profundo da gratidão. Ao dizermos “obrigada” estamos exprimindo não apenas um mero reconhecimento intelectual, do nível cerebral, cognitivo, ou, ainda, nos limitando a dar graças a alguém por aquilo feito. Não. A expressão obrigada, segundo as palavras desse ilustre professor, exprime o mais profundo do agradecimento, atingindo um nível que nos permite sentirmo-nos vinculados e comprometidos com as pessoas a quem queremos agradecer.

E, valendo-me desse último sentido, inicio com os agradecimentos.

Em primeiro lugar obrigada à minha família de origem, Maldonado Katurchi, sobretudo aos meus pais queridos Jorge e Anna Thereza. Com seu exemplo de honradez, coragem e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

honestidade, me possibilitaram uma vivência de alegria e amor ao lado dos meus irmãos, Zeka e Mario. Obrigada pai e obrigada mãe por me ensinarem todas as melhores coisas em que me tornei.

Obrigada à família que constitui. Walter, companheiro de caminhada. Sempre ao meu lado, me apoiando nos bons momentos e também naqueles difíceis. Obrigada às minhas filhas Camila e Marina, minhas melhores contribuições para a humanidade. Tenho orgulho de vocês. Amo vocês. E aqui aproveito para registrar minha afeição pela família Incontri Exner.

Obrigada ao amigo Paulo Afonso Garrido de Paula, destacado Procurador de Justiça, homem de elevada cultura, sabedoria e humanidade, pela confiança em mim depositada e que me permitiu o compartilhamento de momentos felizes de muito trabalho e também de constante aprendizado.

Obrigada a todos os colegas que nos assessoraram durante esses quatro anos. A presença competente e amiga de cada um certamente fez a diferença. E sejam bem-vindos aqueles que agora chegam.

Obrigada aos colegas Procuradores e Procuradoras de Justiça que nos honraram com seus votos.

Obrigada, Motauri, por aceitar o convite para esta empreitada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL

Obrigada a todos os funcionários da Corregedoria, sempre atentos e prestativos.

Obrigada aos amigos e amigas de toda uma vida. Com vocês aprendi que a amizade é o bem maior que um ser humano pode conquistar ao longo de sua existência.

Obrigada, enfim, a todos os aqui presentes.

Iniciei pelos agradecimentos, por acreditar que a atividade da Corregedoria-Geral vai muito além da orientação para a realização de um trabalho de alta qualidade, muito além da fiscalização das elevadas obrigações atribuídas aos membros do Ministério Público pela Constituição de 88. É também nossa incumbência contribuir para todos nós, Promotores, Promotoras, Procuradoras e Procuradores de Justiça termos em mente o vínculo a que aludi no início de minha fala, vínculo com a comunidade perante a qual atuamos e nos empresta força e credibilidade, e com o povo que nos quis independentes e a quem portanto devemos sempre dizer obrigada.

Ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público de São Paulo muito me honra. Há um simbolismo nessa conquista que não é só minha, mas de todas as colegas Promotoras e Procuradoras de Justiça que com seu histórico de luta e trabalho iluminaram e iluminam os caminhos de tantas glórias e conquistas institucionais, como aliás foi aqui muito bem lembrado pela doutora Ana Maria Napolitano Godoy.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

Cresci num ambiente familiar onde homens e mulheres sempre caminharam lado a lado e compartilharam trabalho e decisões. Daí porque, nunca duvidei de que o lugar da mulher era onde ela quisesse estar. Percebi, contudo, com o passar do tempo, que essa perspectiva era de poucas. Quando ingressei no Ministério Público, em 1987, dos 63 aprovados, apenas 09 eram mulheres. Éramos ainda minoria. Aos poucos fomos avançando. Mas, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Sou otimista. Vivemos os piores, mas também os melhores tempos da humanidade. De um lado, por exemplo, as migrações em massa, as guerras, o racismo, o machismo, a mudança climática, a homofobia. De outro o envolvimento cada vez maior de pessoas, grupos, organizações civis, instituições, do nosso Ministério Público, dispostos a lutar em favor dos excluídos. Digno de nota também o protagonismo cada vez maior das mulheres, ocupando posições de destaque nas áreas públicas e privadas, bem como os melhores resultados obtidos na questão da representatividade feminina parlamentar nas últimas eleições. Também destaco os progressos da medicina, possibilitando a cura de tantos males, o desenvolvimento tecnológico e científico.

E qual contribuição podemos dar para o avanço no desenho de uma sociedade mais justa, mais pacífica e mais igualitária? Somos dotados do importante instrumental que é o profundo conhecimento das leis, da doutrina, da jurisprudência,



do qual nos valem para a realização do bem maior: a Justiça. Contudo, além disso, precisamos solidificar a vivência integral desses saberes por meio da prática. Isso vai muito além da capacidade para debater ou do manejo das leis. Necessário o exercício da empatia, da tolerância, da sobriedade de nossas ações, do respeito entre todos nós. A erudição e os nossos dotes intelectuais não podem se tornar obstáculos, mas sim uma grandiosa ferramenta para a inclusão, para a luta em prol dos interesses de todos e, sobretudo, dos menos favorecidos.

E um ingrediente essencial nessa luta é o processo contínuo de educação a que devemos todos nos submeter. A educação começa em casa, se complementa nas escolas e nas universidades através do livre pensar e se aprimora através dos meios de comunicação e da vivência em comunidade.

E aqui me permito uma menção à Bertha Lutz, bióloga paulista e uma das líderes do movimento sufragista que garantiu o voto das mulheres em 1932. Em carta endereçada à Revista da Semana, edição de 28 de dezembro de 1918, portanto há cem anos, afirmava: "... uma das maiores forças de emancipação e de progresso está no nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrair; para que, olhando sua esposa, suas irmãs e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL

mulher” (“Cartas Brasileiras, org. Sérgio Rodrigues, 1ª. ed, SP, Companhia das Letras, pág. 80).

Dito isso, afirmo nosso comprometimento também com o valor da educação. Afinal, a que se destinam as obrigações de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Membros do MP, atribuídas por Lei à CGMP, senão nos conferir instrumentos para educação dos membros da instituição? Educação no sentido da busca de melhor integração dos colegas com os valores institucionais, tão bem descritos naquele que considero o nosso Código de Ética. O Decálogo do Promotor de Justiça, de autoria de César Salgado, figura exponencial do Ministério Público paulista e brasileiro, nos idos de 1956. Cito-os resumidamente: Ver no homem, mesmo desfigurado pelo crime, uma criatura à imagem e semelhança do Criador. Sermos dignos de nossa missão, dado que falamos em nome da lei, da justiça e da sociedade. Sermos probos, sinceros, justos, nobres, bravos (no sentido da coragem), corteses, leais e independentes.

Conclamo, pois, todos os homens e mulheres do Ministério Público, a trabalharmos juntos, sempre compromissados com os direitos fundamentais de todas as gerações, dado ser nosso dever institucional promover e salvaguardar as liberdades e direitos previstos constitucionalmente.

E é com essa disposição de luta, de trabalho e de comprometimento com a causa pública, tendo como parceiros o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

excepcional colega, dr. Motauri Ciochetti de Souza, e toda a competente equipe de Assessoria, bem como os demais órgãos da Administração Superior, que assumo a Corregedoria Geral do Ministério Público de São Paulo.

Como já frisei anteriormente, incumbe à Corregedoria a relevante missão de orientar e fiscalizar o trabalho dos membros da nossa Instituição, aferindo critérios de qualidade, tempestividade e também resolutividade. Vale dizer, para além das práticas burocráticas, de todos nós conhecidas, impõe-se a busca por novas formas de atuação, objetivando maior efetividade do direito e maior aproximação do trabalho dos membros do Ministério Público à realidade social.

O nosso legado é composto pelo que produzimos. E que possamos cada um trabalhar de forma a nos orgulharmos de nossa obra. Mas não no sentido de amor-próprio exagerado ou da soberba, de todo incompatíveis com a defesa das causas públicas, mas sim no sentido maior da satisfação em trabalhar participando ativa e eficazmente na realização da Justiça.

A revolução digital traz novos desafios. A inteligência artificial já é uma realidade e causa impactos na área jurídica. E se toda essa evolução tecnológica nos propicia inúmeras benesses, inclusive a realização de um trabalho mais ágil e de troca de informações em tempo real, importante termos em mente que nada pode substituir o contato humano. Com efeito, a perda do sentido de humanidade e de solidariedade entre os diversos grupos sociais leva, como já contou-nos tantas vezes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

a história, a quadro de fragilidade, e até de inanição, das instituições, com efeitos perversos para todos.

Não podemos jamais esquecer que mesmo nas redes sociais somos membros do Ministério Público e cômnicos dos nossos deveres inerentes ao cargo é que devemos agir e nos manifestar.

Convém lembrar: o prestígio e a autoridade moral de uma Instituição são as mais eloquentes formas de poder.

Imprescindível, também, um relacionamento respeitoso e democrático com a sociedade e com as demais Instituições, sem nos descurar de sempre exigir o devido respeito à nossa integridade e às nossas prerrogativas.

Somos agentes políticos de transformação, o que implica responsabilidade política no sentido de “resultados” que devem guardar estreita conexão com as principais demandas da comunidade. Atentem que as demandas não devem ser nossas simplesmente. Somos, isto sim, o instrumento viabilizador de anseios tidos como relevantes e necessários pelo meio social junto ao qual trabalhamos e a quem sempre devemos representar em todas nossas áreas de atuação.

Por isso precisamos de Promotores/as, Procuradores/as de Justiça corajosos, entusiasmados pelos desafios, com paixão pelo trabalho, não só para alcançar a glória ou a estabilidade, mas sobretudo pela satisfação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL

inovar e promover mudanças importantes e significativas na vida das pessoas.

E para tanto contem com o apoio da Corregedoria. Estaremos sempre juntos para servir a sociedade e, sobremaneira, a população paulista.

E finalizo citando parte de uma mensagem que recebi ontem de meu pai, que aos 92 anos, não pôde aqui se fazer presente, mas de longe acompanha este momento. “A vida, minha filha, só vale a pena ser vivida pelos desafios que nos apresenta e que devem ser superados e vencidos com dignidade e humildade”. E assim pretendo seguir.

Muito obrigada.